



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica
Direito Comercial I – Direito das Sociedades Comerciais I

Unidade curricular

Direito Comercial I/Direito das Sociedades Comerciais - 2.º ciclo Mestrado de Investigação científica

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Pedro Cabral Côrte-Real de Albuquerque, 2 horas

Outros docentes na unidade curricular

Francisco Mendes Correia, 2 horas

Conteúdos programáticos

Quanto ao programa, farão parte dos temas abordados e suscetíveis de serem trabalhados pelos alunos, entre outros suscetíveis de serem apresentados, se relacionados com a temática da personalidade coletiva:

- 1) órgãos sociais; atividade de gerência e administração; representação e vinculação das sociedades e toda a ampla temática em seu torno;
- 2) a representação «orgânica e, dentro desta, a título meramente indicativo:
 - a) o princípio da especialidade das pessoas coletivas,
 - aa) a questão da capacidade das pessoas coletivas;
 - b) a querela acerca do contributo da doutrina da *societas*, por contraposição com a doutrina da *universitas*, para a formação da ideia de pessoa «moral» e coletiva;
 - c) o conceito de personalidade coletiva;
 - d) o levantamento da personalidade jurídica coletiva;
 - e) a relevância, irrelevância, condicionamentos e alcance da ciência e do conhecimento, ou falta dele, dos membros, ou parte dos membros, dos órgãos das pessoas coletivas e sociedades para efeitos de imputação, a essas pessoas coletivas e sociedades, de efeitos associados ao conhecimento ou ignorância de certos factos;
 - f) a relevância ou irrelevância do conhecimento, ciência e informação armazenada em suportes informáticos e digitais para efeitos de imputação, em caso de esquecimento dos factos pelos agentes das pessoas coletivas ou sociedades, dos factos armazenados em computadores ou outras fontes de dados;
 - g) a relevância dos estados subjetivos pessoais, erro, vícios da vontade etc., dos membros dos órgãos das pessoas coletivas e sociedades sobre as deliberações dos órgãos de gestão e administração;
 - h) a relevância do erro e outros estados subjetivos pessoais dos agentes das pessoas coletivas e sociedades com poderes vinculativos sobre os atos por eles praticados e imputáveis às pessoas coletivas e sociedades de que fazem parte.
 - i) A problemática em torno da compartimentação do conhecimento, dentro das organizações coletivas e empresariais, em departamentos distintos e estanques e sua relevância jurídica para efeitos de imputação, ou não, do conhecimento dos factos, ou sua ignorância, a toda a organização coletiva, societária ou empresarial: as chamadas *chinese walls* e o respetivo tratamento jurídico.

Metodologias de ensino (em especial, as metodologias de ensino à distância utilizadas na unidade curricular)

Comentário de Jurisprudência e utilização do método do caso através de apresentações orais da referida jurisprudência. Exposição de Temas no âmbito dos tópicos apresentados em ambiente de seminário. Realização de apresentações orais de temas escolhidos, com discussão posterior e utilização do método do caso com base em jurisprudência. Confronto de opiniões sobre as questões abordadas. Elaboração de relatório escrito sobre um tema



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

escolhido dentro de uma lista previamente facultada. Preparação de Relatórios. O desempenho oral e escrito do aluno é ponderado numa nota final unitária. No período de suspensão das aulas presenciais as aulas terão lugar através da plataforma zoom e manterão o respetivo figurino de seminário. Os alunos que **comprovadamente** não tiverem possibilidade de seguir as aulas à distância deverão abordar os encarregados das disciplinas para encontrar métodos alternativos.

Elementos de avaliação e respetiva ponderação

A avaliação dos alunos é feita em razão da respetiva participação oral nos seminários, na apresentação dos temas que lhes são atribuídos e da realização de um relatório escrito numa nota final que engloba todos estes aspetos

Bibliografia principal

(ABREU, COUTINHO DE, Responsabilidade civil dos administradores de sociedades, 2010

ABREU, COUTINHO DE, (Coord.), Código das sociedades comerciais em comentário, Volumes I a VII (I: 2017; II: 2015; III: 2016; IV: 2017; V: 2018; VI: 2019; VII: 2014).

ADLER, ANDREE, Wissen und Wissenszurechnung, insbesondere bei arbeitsteilig aufgebauten Organisationen, 1997.

ALBUQUERQUE, PEDRO DE, A vinculação das sociedades comerciais por garantia de dívidas de terceiros, in Revista da Ordem dos advogados, 1995, 55, III;

ALBUQUERQUE, PEDRO DE, Da prestação de garantias por sociedades comerciais a dívidas de outras entidades, in Revista da Ordem dos advogados, 1997, 57, I,

ALBUQUERQUE, PEDRO DE, A representação voluntária em Direito civil (ensaio de reconstrução dogmática), 2004.

ALBUQUERQUE, PEDRO DE, Anotação ao Acórdão do STJ – 2 – 3 – 2004. Contrato-promessa, procuração irrevogável e acção de preferência, in Cadernos de Direito privado, 2006, 13, Janeiro-Março.

ALBUQUERQUE, PEDRO DE, Direitos reais, 1998/1999, I, 2000, IV.

ALBUQUERQUE, PEDRO DE, A Vinculação das Sociedades Comerciais Anónimas e por Quotas, 2017.

ALBUQUERQUE, PEDRO DE, Assistência Financeira nas Sociedades Comerciais, 2019.

ASCENSÃO, OLIVEIRA, Direito civil, teoria geral, 2.ª edição, 2000, 2003, I e II.

ASCENSÃO, OLIVEIRA, Direito civil, teoria geral, 2002, III.

BAUM, Marcus, Die Wissenszurechnung, 1999,

BUCK, Petra, Wissen und juristische Person. Wissenszurechnung und Herausbildung zivilrechtlicher Organisationspflichten, 2001.

CÂMARA, PAULO (et al.), Conflito de interesses no direito societário e financeiro – Um balanço a partir da crise financeira, 2010

CHOU, HAN-LIN, Wissen und Vergessen bei juristischen Personen, 2002,



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- CORDEIRO, ANTÓNIO MENEZES, Da Responsabilidade Civil dos Administradores das Sociedades Comerciais, 1997
- CORDEIRO, ANTÓNIO MENEZES, O Levantamento da Personalidade Colectiva no Direito Civil e Comercial, 2000
- CORDEIRO, ANTÓNIO MENEZES, (org.), Código das sociedades comerciais anotado, 2.^a ed., 2012.
- CORDEIRO, ANTÓNIO MENEZES, Tratado de Direito civil, II, Parte Geral – Negócio Jurídico, 4.^a ed., 2014
- CORDEIRO, ANTÓNIO MENEZES, Tratado de Direito civil, IV, Parte Geral – Pessoas, 5.^a edição, IV, 2019
- CORDEIRO, ANTÓNIO MENEZES, Tratado de Direito civil, V, Parte Geral – Exercício Jurídico, 3.^a edição, IV, 2018
- CORDEIRO, ANTÓNIO MENEZES, Tratado de Direito civil, VIII, Direito das Obrigações – Gestão de Negócio/Enriquecimento sem causa/Responsabilidade civil, 2014
- COSTA, RICARDO, Os administradores de facto das sociedades comerciais, 2014
- DORIS, Philipo, Die rechtsgeschäftliche Ermächtigung bei Vornahme von Verfügungs-, Verpflichtungs-, und Erwerbsgeschäften, 1974.
- GOMES, JOSÉ FERREIRA, Da Administração à Fiscalização das Sociedades – A Obrigação de Vigilância dos Órgãos da Sociedade Anónima, 2015
- GONÇALVES, DIOGO COSTA, Pessoa coletiva e sociedades comerciais, 2015.
- GONÇALVES, DIOGO COSTA/GOMES, JOSÉ FERREIRA, A Imputação de Conhecimento às Sociedades Comerciais, 2017.
- FLEISCHER, HOLGER, Zur Privatsphäre von GmbH-Geschäftsführern und Vorstandsmitgliedern: Organpflichten, organschaftliche Zurechnung und private Umstände, in Neue Juristische Wochenschrift, 2006
- MÜLLER-FREIENFELS, Die Vertretung beim Rechtsgeschäft, Tubinga, 1955.
- MÜLLER-FREIENFELS, Die Abstraktion der Vollmachterteilung im 19. Jahrhundert, in Wissenschaft und Kodifikation des Privatrechts im 19. Jahrhundert, II, Die rechtliche Verselbständigung der Austauschverhältnisse vor dem Hintergrund der wirtschaftlichen Entwicklung und Doktrin, 1977.
- MÜLLER-FREIENFELS, Zum heutigen Stand des Stellvertretungsrechts, in Stellvertretungsregelungen in Einheit und Vielfalt (rechtsvergleichende Studien zur Stellvertretung), 1982.
- NUNES, PEDRO CAETANO, Responsabilidade civil dos administradores perante os accionistas, 2001
- NUNES, PEDRO CAETANO, Dever de gestão dos administradores de sociedades anónimas, 2018
- OLIVEIRA, ANA PERESTRELO DE, A responsabilidade civil dos administradores nas sociedades em relação de grupo, 2007
- OLIVEIRA, ANA PERESTRELO DE, Manual de Governo das Sociedades, 2017
- OLIVEIRA, ANA PERESTRELO DE, Grupos de Sociedades e Deveres de Lealdade, 2018
- OLIVEIRA, NUNO MANUEL PINTO DE, Responsabilidade civil dos administradores, 2015
- OSÓRIO, DIOGO HORTA, Da tomada de controlo de sociedades (takeovers) por leveraged Buy-Out e a sua harmonia



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

com o Direito Português (2001),

PINTO, CARLOS ALBERTO DA MOTA, Teoria Geral do Direito Civil, 2012

PINTO, PAULO MOTA, Aparência de Poderes de Representação e tutela de terceiros, em “Direito Civil – Estudos”, 2018

RAMOS, MARIA ELISABETE RAMOS, Responsabilidade civil dos administradores e directores de sociedades anónimas perante os credores sociais, 2002

SCHILKEN, Wissenszurechnung im Zivilrecht. Eine Untersuchung zum Anwendungsbereich des § 166 BGB innerhalb und außerhalb der Stellvertretung, 1983.

THIELE, Die Zustimmungen in der Lehre vom Rechtsgeschäft, 1966.

TINTELOT, ALBRECHT, Gläubiger Anfechtung Kraft Wissenszurechnung – insbesondere zu Lasten Minderhärigen, in Juristen Zeitung, 1987, 42,

THULLIER, BEATRICE, L'autorisation, étude de droit privé, 1996.

WOLFF (Hans J.), Organschaft und juristische Person, I, Juristische Person und Staatsperson, 1933, 1968; II, Theorie der Vertretung, Stellvertretung, Organschaft und Repräsentation als soziale und juristische Vertretungsformen, 1934, Aalen, 1968.

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.